

Direcção-Geral das Florestas;  
Instituto da Conservação da Natureza.

18 de Fevereiro de 2002. — O Secretário de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza, *Manuel Pedro Cunha da Silva Pereira*.

**Despacho n.º 5111/2002 (2.ª série).** — Os Serviços Municipalizados de Aveiro pretendem promover a construção do sistema de drenagem de águas residuais domésticas da freguesia de Nossa Senhora de Fátima, no concelho de Aveiro.

Das sete estações elevatórias que integram o sistema, apenas uma, a localizada na povoação de Verba, abrange terrenos integrados na Reserva Ecológica Nacional do concelho de Aveiro, por força da delimitação constante da Resolução do Conselho de Ministros n.º 115/95, de 2 de Novembro;

Considerando que a rede a executar será ligada ao sistema da SIM-RIA — Saneamento Integrado dos Municípios da Ria, S. A.;

Considerando a justificação da sua localização apresentada pelos Serviços Municipalizados de Aveiro;

Considerando que na execução do projecto aqueles Serviços Municipalizados deverão dar cumprimento aos condicionamentos expressos no parecer da Direcção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território — Centro, designadamente:

Efectuar uma adequada integração paisagística de todas as infra-estruturas;

Obter licença de utilização do domínio hídrico:

Determina-se:

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 93/90, de 19 de Março, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 213/92, de 12 de Outubro, é reconhecido o interesse público da construção da estação elevatória de Verba, e respectivas condutas, do sistema de drenagem de águas residuais domésticas da freguesia de Nossa Senhora de Fátima, no concelho de Aveiro.

18 de Fevereiro de 2002. — O Secretário de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza, *Manuel Pedro Cunha da Silva Pereira*.

**Despacho n.º 5112/2002 (2.ª série).** — Os Serviços Municipalizados de Aveiro pretendem promover a construção do sistema de drenagem de águas residuais das freguesias de Eirol e Requeixo, no concelho de Aveiro.

Das várias estações elevatórias que integram o sistema, três — EEG e EEM, localizadas em Requeixo e EEH, localizada em Eirol —, abrangem terrenos integrados na Reserva Ecológica Nacional do concelho de Aveiro, por força da delimitação constante da Resolução do Conselho de Ministros n.º 115/95, de 2 de Novembro;

Considerando que a rede a executar será ligada ao sistema da SIM-RIA — Saneamento Integrado dos Municípios da Ria, S. A.;

Considerando a justificação da sua localização apresentada pelos Serviços Municipalizados de Aveiro;

Considerando que na execução do projecto aqueles Serviços Municipalizados deverão dar cumprimento aos condicionamentos expressos no parecer da Direcção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território — Centro, designadamente:

Efectuar uma adequada integração paisagística do conjunto das infra-estruturas;

Obter licença de utilização do domínio hídrico:

Determina-se:

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 93/90, de 19 de Março, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 213/92, de 12 de Outubro, é reconhecido o interesse público da construção das estações elevatórias EEG, EEM e EEH e respectivas condutas, do sistema de drenagem de águas residuais das freguesias de Eirol e Requeixo, no concelho de Aveiro.

18 de Fevereiro de 2002. — O Secretário de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza, *Manuel Pedro Cunha da Silva Pereira*.

**Despacho n.º 5113/2002 (2.ª série).** — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 157.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, e no n.º 6 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 69/90, de 2 de Março, na redacção introduzida pelo Decreto-Lei n.º 155/97, de 24 de Junho, aprovo, no exercício das competências que me foram delegadas através do despacho n.º 25 784/99 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 30 de Dezembro de 1999, rectificado pelo despacho n.º 554/2000 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 18 de Fevereiro de 2000, a constituição da comissão técnica que acompanhará

a revisão do Plano Director Municipal de Armamar, com a seguinte formação:

Direcção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território — Norte;  
Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano;  
Direcção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes;  
Direcção-Geral das Florestas;  
Direcção Regional do Norte do Ministério da Economia.

19 de Fevereiro de 2002. — O Secretário de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza, *Manuel Pedro Cunha da Silva Pereira*.

**Despacho n.º 5114/2002 (2.ª série).** — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 157.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, e do n.º 6 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 69/90, de 2 de Março, na redacção introduzida pelo Decreto-Lei n.º 155/97, de 24 de Junho, aprovo, no exercício das competências que me foram delegadas através do despacho n.º 25 784/99 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 30 de Dezembro de 1999, rectificado pelo despacho n.º 554/2000 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 18 de Fevereiro de 2000, a constituição da comissão técnica que acompanhará a revisão do Plano Director Municipal de Vila do Conde, com a seguinte formação:

Direcção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território — Norte;  
Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano;  
Direcção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho;  
Direcção Regional do Norte do Ministério da Economia;  
Instituto Português do Património Arquitectónico;  
Instituto das Estradas de Portugal;  
Instituto da Água.

19 de Fevereiro de 2002. — O Secretário de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza, *Manuel Pedro Cunha da Silva Pereira*.

**Despacho n.º 5115/2002 (2.ª série).** — Está em curso a revisão do Plano Director Municipal de Mirandela, tendo a composição da comissão técnica de acompanhamento sido aprovada pelo despacho n.º 1522/2001 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 25 de Janeiro de 2001.

Tendo-se verificado que o município de Mirandela é abrangido pela Rede Natura 2000, importa alargar a composição da referida comissão técnica ao Instituto da Conservação da Natureza.

Assim, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 157.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, e do n.º 6 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 69/90, de 2 de Março, na redacção introduzida pelo Decreto-Lei n.º 155/97, de 24 de Junho, e no exercício das competências que me foram delegadas pelo despacho n.º 25 784/99 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 30 de Dezembro de 1999, rectificado pelo despacho n.º 554/2000 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 18 de Fevereiro de 2000, determino que a composição da comissão técnica do Plano Director Municipal de Mirandela (revisão) seja acrescida do Instituto da Conservação da Natureza.

20 de Fevereiro de 2002. — O Secretário de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza, *Manuel Pedro Cunha da Silva Pereira*.

## Direcção-Geral das Autarquias Locais

**Contrato n.º 1049/2002.** — *Contrato-programa de construção de edifício para serviços e arquivo municipal, no município da Vidigueira.* — Aos 8 dias do mês de Fevereiro de 2002, entre o director-geral das Autarquias Locais e o presidente da Comissão de Coordenação da Região do Alentejo, da parte da administração central, e o município da Vidigueira, representado pelo presidente da Câmara Municipal, é celebrado um contrato-programa de cooperação técnica e financeira integrado no regime estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 384/87, de 24 de Dezembro, que se rege pelas cláusulas seguintes:

### Cláusula 1.ª

#### Objecto do contrato

Constitui objecto do presente contrato-programa a construção de edifício para serviços e arquivo municipal, cujo investimento elegível ascende a € 692 022,23 (138 738 000\$).